

28 AGO 1967

Sarney soltou o trapézio

Villas-Bôas Corrêa

A Constituinte rufou os tambores, crispando nervos no anúncio do número de sensação, a grande e próxima decisão sobre o regime, que é o mais apaixonante dos temas polêmicos da futura Constituição.

Lá do alto, o presidente José Sarney soltou as mãos da barra balouçante e atirou-se ao risco máximo do salto tríplice. Se conseguir a proeza de inverter a tendência notória e confirmada do plenário e alcançar a plataforma com o presidencialismo agarrado aos braços, talvez o público modere os aplausos e peça mais com a eleição direta já. Pois nunca se satisfaz a exigência de emoção da platéia.

Se a pirueta falhar, Sarney despencará em queda livre, com o peso do parlamentarismo nas costas e sem rede de amparo.

A imagem circense pode ser de gosto duvidoso mas é exata. O que Sarney resolveu tentar corresponde às dificuldades do triplo salto, máximo desafio de todo trapezista.

Lá é verdade que o impulso inicial fora dado em condições temerárias e com grave erro de cálculo. Pois o presidente, provavelmente empurrado por mãos fardadas, abandonou a comodidade estratégica do camarote, de onde deveria assistir ao espetáculo, resguardado pelos seis anos de mandato presidencialista da Constituição — que é um molambo mas é a que temos —, até a promulgação da outra, para lançar-se à afirmação do mandato de cinco anos. O erro já não suporta análise. Quando Sarney deu o murro da eloquência para afirmar os cinco anos, estava simplesmente baixando a barganha de um ano. Quem tem nas mãos o cacife de seis anos, não se açoda em propor cinco. Espera, na retranca, a iniciativa dos parceiros para exibir os seus trunfos ou tentar o blefe.

O engano inicial puxa os outros. Escorregando de morro abaixo, em plano inclinado, é impossível apelar para os freios.

Sarney reviu a decisão de não se intrometer na Constituinte, em barretada ao princípio da soberania da Assembléia e no dissimulado reconhecimento às notórias fragilidades políticas da sua base de sustentação.

Mas o presidente põe e as circunstâncias dispõem. Avaliações de quartel identificaram perigos embutidos na hipótese remotíssima de diretas em 88, ante o descalabro do cruzado e o esvaziamento da popularidade do governo. A capenga e confusa campanha das diretas já abanou temores e as pressões forçaram Sarney a recuar da tática protetora para o lance da afirmação



JORNAL DO BRASIL

dos cinco anos de mandato. Passado o estupor, sobrou pouco do enfático anúncio presidencial.

Agora, na hora — ou na véspera — de decidir, constata-se que o miolo da questão deslocou-se da duração do mandato para a óbvia preliminar fundamental da definição do sistema de governo.

Sarney, que já balangava no ar, impacientou-se e, de olhos vendados, afrouxou os dedos e soltou-se no tudo ou nada da queda ou da apoteose.

Bem, o que está feito não pode ser desfeito. O presidente José Sarney mandou às favas a neutralidade e partiu para a briga, para a articulação de peito aberto, ostensiva, sem disfarces, da derrubada da nítida tendência parlamentarista da Constituinte.

Claro que nessa parada joga tudo. Realmente tudo. Se as convicções parlamentaristas de um pedaço da maioria — que sempre, em todas as pesquisas, manifestou-se pelo regime de gabinete — resistirem à onda que vem por aí, o presidente encaixará uma derrota desestabilizadora. Vejam: numa Constituinte, na definição essencial do regime, o presidente não pode simplesmente encaixar uma derrota.

Como as coisas ficaram dispostas e na escalada de radicalização que começou, Sarney vinculou o seu destino à manutenção do presidencialismo, ainda que pincelado com borrões parlamentaristas, como a equívoca promessa, muito boa para enganar deputados e senadores, do “fortalecimento do legislativo”.

Basta botar a cabeça para pensar. Como é provável e sensato, a rodada de decisões da Constituinte principiará pela opção entre parlamentarismo ou presidencialismo. E é para já, para todo o mês de setembro, começos de outubro.

Se o presidente perde a cartada principal, desaba a sua liderança, dissolve-se a bancada do governo. A Constituinte afirmará uma posição de independência. Mais: de hostilidade, de oposição ao presidente vencido.

Até na projeção do dia seguinte. Antes da fixação da data para a eleição direta do sucessor de Sarney, o Congresso elegerá o primeiro-ministro. Ante um presidente da República imparcial como o magistrado de outros tempos, daria para acertar uma divisão de atribuições e competências. Nunca com o presidente envolvido no debate e derrotado.

Se Sarney arriscou, deve dispor de dados de avaliação. O parlamentarismo vai travar uma briga desigual. Arranca majoritário, na Comissão de Sistematização e no plenário. Contra ele todas as pressões serão acionadas, desde a Presidência da República e a engrenagem do governo, aos governadores, candidatos, lideranças e todas as ambições presidenciais.

Tudo isso deve estar rodopiando na cabeça de Sarney. Solto no espaço, tentando o salto tríplice. Embaixo, o chão duro, sem rede protetora. Um salto de morte.